



CNPJ nº 60.853.264/0001-10
Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows include DI Futuro, Créditos das operações com capitalização, Movimentação da conta de títulos de capitalização a receber, Saldo no início do exercício, and Créditos tributários.

Os créditos tributários decorrem, substancialmente, das provisões judiciais (Nota 17) e do ajuste a valor presente dos valores a receber da alienação dos investimentos (Nota 21-e-i). Parte desses créditos são oriundos das provisões judiciais, cujo prazo de realização está condicionado ao desfecho das ações em andamento.

Table with 5 columns: 2011, 2010, Valor, Imposto de renda, Contribuição social. Rows include Diferenças temporárias, COFINS, PIS, Processos civis a pagar, Processos trabalhistas a pagar, AVP - Ajuste a valor presente, and Outras (Provisão de honorários de êxito).

b. Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social
Em 31 de dezembro de 2011 a Empresa apresentava o montante de R\$ 4.223 referentes a prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social originários do exercício de 2010. A constituição dos créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias, as quais apontam para a geração de lucro tributável para a realização no exercício de 2012.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows include Créditos de capitalização a receber, Antecipações de resgates, Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, Alienação de investimentos (Nota 21-e), Provisão para riscos de créditos a receber (*), and Outras.

(*) Refere-se a valores não repassados à Empresa por distribuidores de títulos os quais estão em processo formal de cobrança judicial.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows include Prestação de serviços a apropriar, Estoque de prêmios, Prêmios de seguros a apropriar, and Outras.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows include Alienação de investimentos: Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Nota 21-e), Promolider Promotora de Vendas Ltda., AVP - Ajuste a valor presente, and Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Nota 21-e).

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows include Alienação de investimentos: Banco Panamericano S.A. (Nota 21-i), AVP - Ajuste a valor presente, and Banco Panamericano S.A. (Nota 21-i).

Table with 5 columns: RBV Residencial Bela Vista Empreendimentos, 2011, 2010, 2011, 2010. Rows include Capital social, Patrimônio líquido, Lucro/(prejuízo) líquido do exercício, Número de quotas, Participação societária, Saldo dos investimentos no início do exercício, Aquisição de investimentos (a), Alienação de investimentos (b), Provisão para perdas (c), Resultado de equivalência patrimonial, Juros sobre o capital próprio recebidos, Saldo dos investimentos antes do ágio/deságio, Ágio/deságio na aquisição de investimentos, Amortização de ágio, Realização de ágio/deságio decorrente da alienação de investimentos, Saldo dos investimentos no final do exercício.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows include Capital social, Patrimônio líquido, Lucro/(prejuízo) líquido do exercício, Número de quotas, Participação societária, Saldo dos investimentos no início do exercício, Aquisição de investimentos (a), Alienação de investimentos (b), Provisão para perdas (c), Resultado de equivalência patrimonial, Juros sobre o capital próprio recebidos, Saldo dos investimentos antes do ágio/deságio, Ágio/deságio na aquisição de investimentos, Amortização de ágio, Realização de ágio/deságio decorrente da alienação de investimentos, Saldo dos investimentos no final do exercício.

(*) Os investimentos são avaliados tomando-se por base as demonstrações financeiras das investidas, apuradas no mês anterior à apresentação das demonstrações financeiras da Empresa.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows include Ativo Circulante, Disponível, Caixa e bancos, Aplicações, Demonstração de resultados, Despesas administrativas, Resultado financeiro, Prejuízo líquido.

b. Refere-se à provisão para perdas em investimentos em Incentivos Fiscais Audiovisuais, os quais não possuem liquidez no mercado.

Table with 5 columns: Imóveis de uso próprio, Bens móveis, Outras imobilizações, Total. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2010, Custo, Depreciação acumulada, Saldo contábil líquido, Aquisições, Baixas/transfêrências, Depreciação, Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2011, Taxas anuais de depreciação.

Os montantes registrados na rubrica "Outras imobilizações" referem-se a benfeitorias em imóveis de terceiros e outras imobilizações em curso.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows include Fornecedores, Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, Outras, Obrigações a pagar.

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows include Comissões sobre venda de títulos, Outras, Saldos em 31 de dezembro de 2010.

Table with 5 columns: 2011, 2010, 2011, 2010, Total. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2010, Atualização monetária e juros, Pagamento de resgates e sorteios, Reversões, Saldos em 31 de dezembro de 2011, Quotas de fundos de investimentos, Certificados de depósito bancário, Total.

Nos termos da Resolução nº 3.034/02 do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores, as quotas de fundos de investimento exclusivos cuja carteira esteja representada exclusivamente pelos títulos públicos são consideradas como títulos públicos para fins de cumprimento das normas de direcionamento e diversificação dos investimentos vinculados.

17. Provisões judiciais

Table with 4 columns: Saldos em 31/12/2009, Adições, Baixas, Saldos em 31/12/2010. Rows include PIS, COFINS, Contribuição social, Imposto de renda, Trabalhista, Cíveis, Outros, Total.

(*) O montante de provisões judiciais de processos relacionados à contribuição social foi objeto de consolidação no programa de anistia fiscal promovida pela Lei nº 11.941/09 - REFIS.

Table with 4 columns: 2011, 2010. Rows include Contingências Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Total.

a. PIS e COFINS
A Empresa discute a exigibilidade da contribuição para o PIS e COFINS nos termos das Emendas Constitucionais - EC nºs 01/94, 10/96, 17/97 e Lei 9.718/98, as quais alteraram a base de cálculo e alíquota que passou a incidir sobre a receita bruta operacional.

A jurisprudence do Supremo Tribunal Federal, ao julgar processos com causa de pedidos similares, decidiu que a contribuição somente pode ser exigida sobre receitas provenientes do faturamento, sendo inconstitucional a cobrança sobre as demais receitas. Os valores não recolhidos, acrescidos de atualização pela variação da taxa SELIC, estão sendo provisionados até o trânsito em julgado da sentença. A partir de junho de 2009, com fundamento na Lei nº 11.941, de 27/05/2009, art. 79, inc. XII, foi revogado o dispositivo que exigia as contribuições sobre receitas diversas do conceito de faturamento. Assim sendo, a partir de maio de 2009 a Empresa provisiona tão somente as contribuições incidentes sobre as receitas provenientes da atividade empresarial. A Empresa não efetuou os recolhimentos mensais a título de COFINS, em virtude de decisão liminar proferida nos autos da Ação Declaratória nº 1999.61.00.009384-9, no entanto, apura mensalmente os valores relativos a COFINS a fim de constituir provisão relativa às contingências tributárias. Baseado no parecer de seus advogados, o exercício de 2010 no montante de R\$ 2.684 e do PIS sobre outras receitas a partir de junho de 2009 e do exercício de 2010 no montante de R\$ 2.684 e R\$ 435, respectivamente.

b. Imposto de renda
Refere-se a dedutibilidade da contribuição social na base do imposto de renda no período de maio de 2000 a fevereiro de 2007, no montante de R\$ 7.766 (R\$ 16.905 em dezembro de 2010).

c. Trabalhista
Os processos trabalhistas encontram-se provisionados na rubrica "Provisões trabalhistas" no montante de R\$ 767 (R\$ 734 em dezembro de 2010) classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

d. Cíveis
A Empresa possui registros de provisão para perdas em processos cíveis no montante de R\$ 2.749 (R\$ 8.531 em dezembro de 2010) classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos. No exercício de 2011 a Administração reverteu o montante de R\$ 6.383 de provisões decorrentes da reclassificação do risco de ações impetradas contra o evento de Tele Sena de Primavera/2008. Tais ações têm por objeto a reclamação de suporte erro de impressão, que poderia induzir o titular a erro na conferência da premiação. Essas ações estão sendo julgadas de forma favorável à Empresa, motivo pelo qual a Administração reclassificou o risco dessas ações de "provável" para "possível". Adicionalmente, caso venha ocorrer alguma reversão dos julgamentos, a empresa responsável pela impressão dos títulos, conforme disposição contratual, deverá responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais condenações.

e. Ação Popular
A Empresa responde a ação popular na qual se discutia a possível nulidade da autorização concedida pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para emissão e comercialização dos títulos de capitalização denominados "Tele Sena". Conforme exposto pela Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos internos e externos, a confiança no sucesso da impetredora da ação popular, se concretizou em 18 de dezembro de 2007, em acórdão do Superior Tribunal de Justiça, cuja decisão transitou em julgado em 9 de fevereiro de 2009, sendo os autos do processo remetidos e arquivados junto à 6ª Vara Federal da 3ª Região. Além daquela ação popular já transitada em julgado, a Empresa responde ainda a outras duas ações populares, com pleito idêntico ou semelhante. A Administração entende que estas ações deverão ter o mesmo destino da ação popular já transitada em julgado, razão pela qual, baseada na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos não há necessidade de qualquer provisionamento.

f. Programa de anistia fiscal (Lei nº 11.941/09)
Considerando os termos e vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, através da Lei nº 11.941 de 2009, a Administração da Empresa reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, foi decidida a existência de diversos processos movidos pela Empresa, sendo os principais relacionados à contribuição social (isonomia de alíquota) e outros processos administrativos.

g. Programa de anistia fiscal (Lei nº 11.941/09)
Considerando os termos e vantagens oferecidos pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, através da Lei nº 11.941 de 2009, a Administração da Empresa reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, foi decidida a existência de diversos processos movidos pela Empresa, sendo os principais relacionados à contribuição social (isonomia de alíquota) e outros processos administrativos.

Table with 4 columns: Valor principal dos débitos consolidados, Juros, Multa, Subtotal. Rows include Valor principal dos débitos consolidados, Juros, Multa, Subtotal, Total de débitos contingenciados, Débitos não contingenciados, Benefícios - redução de multa e juros, Total de débitos não contingenciados, Total de débitos consolidados do REFIS.

A Empresa aderiu ao parcelamento em 23 de novembro de 2009, pelo prazo de 180 meses. A confirmação da consolidação dos débitos, pela Secretaria da Receita Federal, ocorreu em 30 de junho de 2011. O valor consolidado é atualizado pela taxa SELIC. Os saldos a recolher, decorrentes do aumento de capital no montante de R\$ 23.472, elevando-o de R\$ 249.851 para R\$ 273.323.

Table with 4 columns: Quantidade, Saldos. Rows include Total de débitos consolidados do REFIS, Parcelas antecipadas, Pagamentos efetuados, Juros.

Circulante
Não circulante

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows include TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A. (a-i), Promolider Promotora de Vendas Ltda. (a-i), Imagem e voz (a-i), Despesas de comercialização, Despesas com serviços de terceiros, Panamericano Prestadora de Serviços Ltda., Braspag Tecnologia em Pagamentos Ltda., Prod. Hig. Pessoal Ltda., BF Utilidades Domésticas Ltda., TV Studios de Ribeirão Preto Ltda., Recargas/(despesas) de aluguel (c), BF Utilidades Domésticas Ltda., Promolider Promotora de Vendas Ltda., Silvio Santos Participações S.A., SSR Com. de Cosméticos e Prod. Hig. Pessoal Ltda., BF Utilidades Domésticas Ltda., BF Utilidades Domésticas Ltda. (e), Silvio Santos Participações S.A., Outros créditos a receber - Não circulante, Silvio Santos Participações S.A., AVP - Ajuste a valor presente - CPC 12, Outros valores e bens (j), Juros sobre o capital próprio a receber, Juros sobre o capital próprio a pagar, Dividendos a pagar, Juros sobre o capital próprio e dividendos, BF Utilidades Domésticas Ltda., SSR Com. de Cosméticos e Prod. Hig. Pessoal Ltda., Hotel Jequití Ltda., RBV - Residencial Bela Vista Empreend. Imob. Ltda., Outras contas a pagar.

h. Despesas administrativas
Pessoal próprio, Serviços de terceiros, Localização e funcionamento, Contingências e condenações judiciais, COFINS (Nota 17-a), PIS (Nota 17-a), Reversão de provisões judiciais (Nota 17-d), Outros processos administrativos (Nota 17), Multas e infrações, Sobre débitos não contingenciados (Nota 17-e), Outras, Publicações legais, doativos e contribuições diversas.

i. Despesas com tributos
COFINS, PIS, Consolidação de débitos REFIS (Nota 17-e), Outras.

j. Receitas financeiras
Títulos de renda fixa, Juros sobre ativos financeiros avaliados ao valor presente, Atualização monetária de depósitos judiciais (Nota 17), Benefícios consolidação REFIS (Nota 17-e), Outras.

k. Despesas financeiras
Atualização monetária das provisões técnicas de capitalização, Atualização monetária das provisões para contingências (Nota 17), Juros dos débitos não contingenciados (Nota 17-e), Outras.

l. Resultado patrimonial
Recargas com imóveis de renda, Ajustes de investimentos em controladas e coligadas, Realização de ágio/deságio, Amortização de deságio.

m. Ganhos e perdas com ativos não correntes
Lucro na alienação de investimentos (Nota 21-h), Lucro na alienação de imobilização, Prejuízo na alienação do Banco Panamericano S.A. (Nota 21-i), Ajuste a valor presente, Alienação de investimento Sisan (Nota 21-e), Alienação de investimento Banco Panamericano S.A. (Nota 21-i), Outros ganhos/(perdas) (Nota 12).

n. Imposto de renda e contribuição social
Os encargos com imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estão assim demonstrados:

Table with 5 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows include Lucro/(prejuízo) contábil antes dos impostos e após participações, Juros sobre o capital próprio, Lucro base, Adições, AVP - Ajuste a valor presente, Equivalência patrimonial, Provisão para contingências, Provisão para perda de investimento, Multas indutíveis, Outras, Exclusões, Reversão de provisão para contingências, Provisão para devedores duvidosos - período 2000 a 2002, Atualização monetária ativa, Juros passivos - consolidação REFIS, Outras, Lucro/(prejuízo) fiscal antes das compensações, Compensações de prejuízos fiscais e base negativa de exercícios anteriores, Base de cálculo, Tributos correntes (IR/CS), Incentivos fiscais de dedução, Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias, Total de tributos, Transações com partes relacionadas, Direitos/(obrigações), Receitas/(despesas).

a. Despesas de comercialização: As despesas que estão registradas neste grupo são decorrentes de: Custos por veiculação publicitária, propaganda e divulgação dos títulos de capitalização que comercializa; Contrato de cessão de direito de imagem e voz, com o objetivo de promoção de campanhas publicitárias de seus produtos; Despesas com serviços de terceiros: Refere-se ao rateio de serviços contábeis, financeiros, de suporte administrativo e de processamento de dados que foi mantido com a empresa GSS - Centro de Serviços Compartilhados Ltda. ("GSS") até abril de 2011. A partir de maio de 2011, com a descontinuidade do CSC, foi estabelecido um contrato de rateio destas despesas com o SBT, que absorveu as atividades do CSC. Os valores decorrentes dessas operações estão classificados na rubrica "Obrigações a pagar", os quais estão pendentes de pagamento e correspondem a parcelas ainda não vencidas, com observância dos prazos usuais; Recargas/(despesas) de aluguel: A Empresa mantém contratos de aluguel de imóveis com empresas ligadas e outras partes relacionadas e foram registrados na rubrica "Recarga com imóveis de renda", o saldo pendente de recebimento está registrado na rubrica "Títulos e créditos a receber". A Empresa mantém filial em imóvel de empresas ligadas e outras partes relacionadas e foram registradas na rubrica "Aluguel de imóveis", o saldo pendente de pagamento está registrado na rubrica "Outras contas a pagar"; Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui conselheiros e diretores e os valores pagos a títulos de pró-labore montam R\$ 808 (R\$ 511 em dezembro de 2010); Em 4 de maio de 2009, os investimentos anteriormente mantidos na Sisan Empreendimentos Imobiliários Ltda., Galeno de Almeida Open View Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Oscar Freire Open View Empreendimentos Imobiliários Ltda., foram alienados à BF Utilidades Domésticas Ltda., pelo seu valor contábil, no montante total de R\$ 25.458, para pagamento em parcelas mensais e consecutivas, reajustadas pelo índice de preços ao consumidor amplo (IPCA). Os saldos referentes às parcelas dos contratos de venda da Galeno de Almeida e Oscar Freire Open View Empreendimentos Imobiliários, foram quitados antecipadamente em 2010. O saldo remanescente de R\$ 15.744, referente ao contrato de venda da Sisan Empreendimentos Imobiliários, teve seu prazo de vencimento prorrogado para 4 de maio de 2013, e encontra-se registrado na rubrica "Outros valores e bens", no longo prazo. Em conformidade com o pronunciamento Técnico CPC 12, a Administração da Empresa registrou o montante de R\$ 1.452 a título de ajuste a valor presente (AVP). O AVP foi calculado para reconhecer a nova medição do ativo, anteriormente registrado pelo seu valor de face e utilizou-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IPCA até o dia de vencimento. Este registro reduziu o saldo da rubrica "Outros créditos a receber" de longo prazo, conforme demonstrado a seguir;

Table with 4 columns: 2011, 2010, 2011, 2010. Rows include Valor do conta a receber, AVP - Ajuste a valor presente - CPC-12 (Nota 10), Valor do conta a receber ajustado ao valor presente, Foram registrados tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 338.308. Em 30 de setembro de 2009, foi alienado à BF Utilidades Domésticas Ltda. o total de R\$ 3.338.898 acrescidos dos investimentos mantidos no Banco Panamericano S.A., no montante de R\$ 19.999 (R\$ 5,99 por ação). Este valor foi recebido em 30 de junho de 2010. Em função desta alienação, a Empresa realizou parte do ágio no montante de R\$ 746 e parte do deságio no montante de R\$ 1.765. Em 28 de maio de 2010, a Empresa subscorreu e integrou na RBV - Residencial Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda., 3.530.220 quotas sociais, pelo valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalizando a importância de R\$ 3.530.



GRUPO SILVIO SANTOS



CNPJ nº 60.853.264/0001-10
Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de Reais)

h. Em 29 de janeiro de 2010, foi alienado à BF Utilidades Domésticas Ltda. o total de 913.242 ações dos investimentos mantidos no Banco Panamericano S.A., pelo montante de R\$ 9.999 (R\$ 10,95 por ação). Este montante foi recebido em 30 de junho de 2010. Em função desta alienação, a Empresa realizou parte do ágio no montante de R\$ 215 e parte do deságio no montante de R\$ 509. O valor do custo do investimento correspondia a R\$ 5.881, sendo gerado lucro na venda de R\$ 4.118.

i. Em 17 de novembro de 2010, a Empresa alienou à Silvio Santos Participações S.A. o total de 60.983.906 ações dos investimentos anteriormente mantidos no Banco Panamericano S.A., pelo montante de R\$ 305.529 (R\$ 5,01 por ação). Este montante tem vencimento para liquidação em 16 de novembro de 2020 atualizado pela variação do IGP/M - Índice Geral de Preços para Mercado. Os efeitos oriundos da venda estão apresentados a seguir:

	2011	2010
Valor de custo do investimento	346.604	305.529 (*)
Valor de venda	305.529	(41.075)
Resultado na alienação do investimento	(41.075)	
(*) Em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Empresa, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 registrou o montante de R\$ 126.569 a título de ajuste a valor presente (AVP) sobre o montante a receber decorrente da referida venda, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações assinado em 17 de novembro de 2010. O AVP foi calculado para reconhecer a nova medição do ativo, anteriormente registrado pelo seu valor de face e utilizou-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IGP/M até a data de vencimento. Este registro reduziu o saldo da rubrica "Outros valores e bens" de longo prazo, conforme demonstrado a seguir:		
	2011	2010
Valor do contas a receber	325.351	309.570
(-) AVP - Ajuste a valor presente - CPC-12 (Nota 11)	(123.546)	(126.569)
Valor do conta a receber ajustado ao valor presente	201.805	183.001
Foram registrados tributos diferidos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 49.418 (R\$ 50,628 em dezembro de 2010).		

22. Plano de aposentadoria complementar

A Empresa é co-patrocinadora do Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão (administrado pela MetLife Administradora de Fundos Multipatrocinados Ltda.), entidade fechada de previdência privada constituída sob a forma de sociedade civil. Os planos concedem a todos os empregados que atenderem às condições de elegibilidade estabelecidas nos regulamentos, benefícios suplementares aos da previdência social. O plano está estruturado na modalidade de "Contribuição definida", e o regime atuarial adotado é de capitalização financeira. As contribuições da Empresa correspondem a 5% do "salário de participação" definido no Regulamento da Empresa e a 100% da contribuição básica efetuada pelos participantes. A Empresa participa também com contribuições especiais, segundo fórmula de cálculo estabelecida no Regulamento, e a seu exclusivo critério, com contribuições extraordinárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as contribuições pagas ao fundo totalizaram R\$ 518 (R\$ 798 em dezembro de 2010).

23. Reconciliação do lucro líquido com as atividades operacionais

	2011	2010
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	40.919	(117.474)
Depreciações de bens de uso próprio	833	1.055
Ajustes de equivalência patrimonial	504	44.662
Ajustes de amortização de ágio/deságio	-	(22.640)
Resultado na alienação de bens do ativo permanente	(3)	(26)
Resultado da alienação de investimentos	-	36.955
Ajuste a valor presente - CPC-12	1.452	126.569
Variação monetária ativa	(22.290)	(4.810)
Variação monetária passiva	20.207	9.911
Ganhos com reavaliação - Lei 11.638	-	(915)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	609	-
Outros ajustes	(59)	(393)
Lucro líquido do período ajustado	42.166	72.894
Atividades operacionais		
Variação das aplicações	(62.245)	(58.643)
Variação dos créditos das operações	(3.397)	1.023
Variação de títulos e créditos a receber	(10.100)	(34.096)
Recebimento pela venda de investimentos	(538)	(37.672)
Juros sobre o capital próprio de controladas e coligadas estornados	1.273	-
Variação de outros valores e bens	(18.804)	(2.335)
Variação de despesas antecipadas	(99)	(127)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebido de controladas e coligadas	-	10.582
Variação de contas a pagar	1.555	(1.555)
Ajuste dividendos a pagar	(1.291)	(3.473)
Variação de débitos de operações com capitalização	24	(587)
Variação de depósitos de terceiros	(4)	5
Variação das provisões técnicas	35.702	16.231
Variação de outros débitos	17.999	19.191
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	2.241	(18.562)

24. Gestão de risco

a. Filosofia de Gestão Corporativa

A gestão corporativa do Grupo Silvio Santos pauta-se por iniciativas que refletem solidez e rentabilidade. Neste contexto, cabe mencionar a existência de comitês de gestão que estão em linha com as melhores práticas de mercado, a saber:

- Conselho de direção**, compete zelar pelos interesses dos acionistas, decidir sobre os planos estratégicos de investimentos, empreendimentos, orçamentos, objetivos gerais e sociais das empresas e, ainda, aprovar as estratégias de atuação do grupo Silvio Santos.
 - Comitê financeiro**, formula e define as principais estratégias e assuntos financeiros do grupo e de suas empresas, propondo e padronizando a consolidação das políticas e práticas relacionadas com controles financeiros;
 - Comitê de marketing**, identifica novas oportunidades de vendas e de diversificação de produtos;
 - Comitê de R.H.**, propõe, examina e acompanha todos os planos, práticas e processos relativos aos temas que envolvem esta especialidade;
 - Comitê de tecnologia da informação**, é o ente responsável pela atualização e manutenção das políticas de Tecnologia da Informação do grupo, de forma a garantir a eficácia operacional dos negócios;
 - Comitê de auditoria e risco**, responsável pela gestão prudente dos negócios;
- b. Procedimentos de prevenção**
- E de responsabilidade de todos os funcionários e colaboradores tomar conhecimento do Código de Conduta Ética do Grupo, além de evitar situação que implique ou possa ser interpretada como prejuízo à organização e suas empresas, e, por consequência, a si próprio. O funcionário ou colaborador deve comunicar imediatamente, aos supervisores ou ao Comitê Interno de Ética, quaisquer situações ou transações que esteja ou possa estar relacionada ao risco de fraude.
- Além das responsabilidades comuns a todos os funcionários, compete ainda aos profissionais em cargos de comando e/ou assessoria, dar conhecimento ao Código de Conduta Ética a todos os funcionários e colaboradores sob sua responsabilidade. Respeitar e praticar, de forma inequívoca, os preceitos de boas práticas, bem como orientar seu grupo de trabalho a manter o mais alto padrão de comportamento ético.
- E de responsabilidade ainda dos gestores em cargos de comando, desenvolver um ambiente de trabalho que estimule um diálogo franco, principalmente em relação a conflitos de interesse e posturas éticas. Deverá ainda analisar as situações de conflito de interesse identificadas, situações de suspeitas de fraudes e encaminhá-las para o departamento de Recursos Humanos, que por sua vez, as direcionará ao Comitê Interno de Ética.

c. Lavagem de dinheiro

A Circular nº 380/08 da SUSEP estabeleceu os requisitos para monitorar o combate à lavagem de dinheiro, contidos na Lei 9.613/98. A Empresa observa rigorosamente tais preceitos ao definir, como uma de suas políticas básicas, o conhecimento de seus clientes, mantendo atualizadas suas informações cadastrais. Ao mesmo tempo, determina procedimentos internos que visam cobrar: a) a compra ou venda de ativos por preço significativamente inferior ou superior ao de mercado; b) a mudança repentina ou aparentemente injustificada na forma de movimentação de recursos e nos tipos de transações utilizadas; c) operações ou propostas de operações com vínculo direto ou indireto, realizada por pessoa estrangeira que seja residente, domiciliada ou tenha sede em região considerada paraíso fiscal ou em locais onde é observada a prática contumaz de crimes tipificados pela Lei 9.613/98. Operações suspeitas são comunicadas ao COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras no prazo de 24 horas contadas de sua verificação, conforme circular específica.

Operações suspeitas são as que podem configurar indicio de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613/98. As comunicações das operações suspeitas de lavagem de dinheiro são realizadas por meio de formulários eletrônico disponível na página do COAF, sem que seja dada ciência aos envolvidos. As comunicações de boa fé, conforme previsto no § 2º do art. 11, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, não acarretarão responsabilidade civil, penal ou administrativa às entidades de capitalização, seus controladores, administradores e empregados.

Considerando o produto Tele Sena de baixo valor unitário e que é distribuído de forma pulverizada em todo território nacional, não verificamos o risco de lavagem de dinheiro, porém a administração adota

em resposta aos requerimentos da Circular SUSEP nº 249, a implantação e implementação do sistema de controles internos. O ambiente de controle, sua adequação e efetividade são avaliados pelos agentes de compliance, mediante a apreciação dos seus respectivos processos e atividades, resultando na avaliação e na adoção de planos para melhoria dos controles identificados com algum tipo de ineficiência, fragilidade e/ou inexistência.

Gestores e colaboradores devem se certificar da capacidade financeira e da origem dos recursos de seus clientes e parceiros comerciais, contribuindo assim para o combate à lavagem de dinheiro, ocultação de bens, direitos ou valores de origem ilícita.

Periodicamente são promovidos treinamentos específicos sobre monitoração, identificação e comunicação de operações que possam caracterizar indicio de Lavagem de Dinheiro, bem como Prevenção a Fraudes.

d. Riscos técnicos e atuariais

A estrutura de gestão técnica dos produtos é realizada pela própria empresa. Os trabalhos atuariais são realizados por uma empresa contratada para este fim. De acordo com a Circular SUSEP nº 272/04, o parecer do Atuarial informa que as provisões técnicas estão adequadamente constituídas, sendo os ativos garantidores superiores às necessidades requeridas.

O produto título de capitalização, não demanda a modalidade de resseguro para sua operacionalização.

e. Riscos financeiros

A política operacional de gerenciamento financeiro é definida pelo Comitê Financeiro. A Empresa utiliza-se da ferramenta específica e de serviços de consultoria econômica para avaliação de cenários. A Administração dos recursos financeiros, oriundos dos investidores em títulos de capitalização, são expostos a diversos riscos cujas ações internas procuramos eliminar ou minimizar, dentro de posturas conservadoras, preservando a segurança e liquidez dos ativos, com baixa exposição a estes riscos. As aplicações financeiras são alocadas de modo a atender os requisitos acima, e enquadrados dentro das normas exigidas pelos órgãos competentes.

f. Riscos operacionais

A avaliação e monitoramento dos riscos operacionais e dos controles internos, são geridos pela área de Controles Internos, ligada à Diretoria Administrativo-Financeira. Esta tem por objetivo impulsionar a cultura de controles em busca de ações voltadas para a conformidade. Responde por verificações periódicas junto às várias áreas da Empresa, tendo por resultado empreender ações no sentido de esclarecer e regularizar eventuais não conformidades, observando o atendimento à Circular SUSEP nº 249/04. Para tanto, é periodicamente elaborado o relatório do Sistema de Controles Internos e de Avaliação dos Riscos de Controles Internos (Gestão de Compliance).

Conforme disposto na Circular SUSEP nº 249/04, o resultado do acompanhamento sistemático dos controles internos é submetido à Diretoria, com uma periodicidade mínima semestral, e seus resultados são formalizados em relatórios específico e arquivados na área de Controles Internos da Empresa, desta forma a adoção deste mecanismo propicia o aprimoramento da gestão de riscos.

Para sua atuação, segue, normalmente, os seguintes normativos internos e externos: a) as normas legais dos organismos reguladores; b) princípios de segregação de funções; c) princípios éticos e normas de conduta; d) regulamentos, normas e procedimentos internos; e) sistema de informações, planos de contingência; f) processos de prevenção à lavagem de dinheiro e a) processo de prevenção à fraude. Além destes fatores, são administrados os relacionamentos com a fiscalização, os auditores internos e externos e as relações com associações de classe.

g. Risco de crédito

A possibilidade de perda devido a inadimplência do tomador dos recursos é minimizada evitando concentração de valores numa única instituição, bem como seguindo análises de risco corporativas e agências de rating. Entendendo títulos emitidos pelo Governo Federal como Risco Soberano e com classificação de baixo risco de crédito, há grande concentração no portfólio da carteira, sempre com parâmetro interno de mínimo 50% (cinquenta por cento) do total aplicado.

Títulos Privados, preferencialmente em Certificados Depósitos Bancários, são aplicados, principalmente, com prazo inferior a 90 (noventa) dias, visando buscar o equilíbrio entre liquidez e minimizar o risco de crédito.

h. Risco de mercado

A Empresa atua exclusivamente no segmento de renda fixa, aplicação em papéis cujos rendimentos sejam pós-fixados. Não atua diretamente no segmento de renda variável, moedas e índices de preços, por entender que a volatilidade destes mercados, possa afetar a liquidez e a previsibilidade dos ganhos financeiros, além de não ser referência de correção das reservas matemáticas. Tal conceito leva em conta a configuração do nosso principal produto, Tele Sena, que tem como principal característica a capitalização por um ano, e correção pós-fixada pela TR e juros anuais.

Não atuamos diretamente no mercado de derivativos, e os eventualmente constantes na posição, são definidos pelos gestores de fundos exclusivos de investimento, com objetivo de trocar posições pré-fixadas para pós-fixadas, mantendo a diretriz principal estabelecida pela Empresa.

No âmbito da gestão de risco de mercado, a Empresa adota modelo interno baseado no VAR - Value at Risk, amplamente aceito e difundido pelo mercado. Embora aplicado a carteiras complexas, pois leva em consideração os efeitos de alavancagem e diversificação, o que não é o caso da carteira da Empresa, entendemos ser o melhor instrumento para apuração de possíveis perdas pelas oscilações dos preços dos ativos, além de ser comparável com performances de fundos abertos do mercado financeiro.

A Empresa adota dois intervalos de confiança na mensuração do VAR, um de 99% de intervalo para atender exigência de órgão regulador, e um de 95% de intervalo, o mais utilizado pelos gestores do mercado financeiro. A escolha do nível de confiança é questão de convenção, já que os intervalos VAR resultantes são de qualquer forma comparáveis entre si, considerando o número de dias de perda provável.

Considerando ainda que o benchmark da Empresa é o CDI - Certificado Depósito Interbancário, e que toda a exposição do portfólio, seja direta ou indiretamente atrelado a este índice, que mesmo em cenários de stress, a carteira tenha um desempenho muito perto dos 100% esperado deste índice.

Período	Carteira	CDI	% CDI	VAR Diário (*)	CDI Diário
jan/11	0,8534%	0,8006%	98,17%	0,0055%	0,0077%
fev/11	0,8342%	0,8424%	99,21%	0,0052%	0,0013%
mar/11	0,9194%	0,9188%	100,06%	0,0043%	0,0022%
abr/11	0,8354%	0,8388%	99,60%	0,0042%	0,0027%
mai/11	0,9858%	0,9853%	100,05%	0,0034%	0,0029%
jun/11	0,9479%	0,9527%	99,50%	0,0032%	0,0027%
jul/11	0,9727%	0,9666%	100,63%	0,0028%	0,0022%
ago/11	1,0663%	1,0724%	99,42%	0,0023%	0,0017%
set/11	0,9063%	0,9398%	96,43%	0,0034%	0,0014%
out/11	0,8722%	0,8805%	99,07%	0,0036%	0,0016%
nov/11	0,8838%	0,8587%	102,92%	0,0038%	0,0021%
dez/11	0,8972%	0,9045%	99,19%	0,0047%	0,0032%

(*) VAR intervalo de confiança de 95% na média móvel de 252 dias úteis

O mapeamento do risco pela VAR é realizado em 4 janelas móveis de 21, 63, 126 e 252 dias úteis, medindo eventual superando do limite do VAR (back test), além de simular uma ruptura da carteira, baseada em rentabilidade do " pior " retorno dos períodos analisados.

Mapeamento de risco

Janelas	Mensal (21 du)	Trimestral (63 du)	Semestral (126 du)	Anual (252 du)
VAR 95% confiança	0,0029%	0,0040%	0,0047%	0,0041%
Stress histórico do período	0,0046%	0,0047%	0,0047%	0,0069%
% CDI dia - VAR	92,78%	89,94%	88,24%	89,79%
Fechamento pelo VAR	95,09%	94,83%	94,71%	94,77%
Intervalo de 95% confiança	1	3	6	12
Confiabilidade real acima	-	2	6	3
VAR em R\$	16.578	23.103	27.033	23.399
Máxima do período	106,92%	115,06%	115,06%	115,06%
Mediana	98,60%	100,02%	99,79%	99,72%
Média	98,63%	100,61%	99,59%	99,61%
Mínima do período	86,61%	84,02%	78,80%	78,80%
Stress pior retorno ponderado	85,87%	83,31%	77,56%	70,59%
Fechamento pior retorno	94,57%	97,62%	98,14%	98,20%
Risco em dias úteis (VAR)	1	1	1	1

Os valores apurados como perda estimada são materiais considerando o valor da carteira. Em rentabilidade, no pior cenário, a carteira pode rodar entre 94,6% a 98,2% do CDI que consideramos um patamar mais adequado visto que a proposta é estar próximo dos 100% do índice.

Em paralelo, mas com o mesmo conceito de apuração do risco da carteira, a Empresa mantém contrato de prestação de serviços com empresa especializada em avaliação de risco da carteira, com os mesmos conceitos internos de apuração, agregando ainda a performance da Empresa comparando com o mercado, além de informações relevantes na avaliação de crédito do portfólio.

PARECER ATUARIAL

A Sociedade, no que tange a coerência e ordem de grandeza dos números, e serviram de base para nossa conclusão com relação à situação atuarial em 31/12/11

A Avaliação se centrou na análise e comentários sobre as informações do produto Tele Sena, que atualmente é o único comercializado pela Sociedade e suas Provisões Técnicas representam 100% do total desta rubrica consignado no Balanço Patrimonial.

Quanto aos parâmetros fixados nas Notas Técnicas Atuariais, em particular os referentes a capitalização e aos sorteios e em consequência os carregamentos (comercialização e administração), verificamos que são consonantes com a prática das operações pela Sociedade.

i. Risco de liquidez

A opção de não manter nenhum título público até o vencimento, e títulos privados, preferencialmente, em até 90 (noventa dias), são as principais medidas para o gerenciamento da liquidez, muito acima da exigibilidade do prazo médio de pagamento das reservas técnicas.

É compromisso da Empresa, seja qual for o cenário macro-econômico vigente, que o investidor do título tenha o seu resgate garantido, dentro dos prazos e correções estabelecidas nos títulos.

Vencimentos	Liquidez "Duration" 12 dias	Vencimentos "Duration" 101 dias	% Critério	
			Liquidez	Vencimento
Sem vencimento	416.239	41.101	72,71%	7,18%
De 01 a 30 dias	108.145	401.853	18,89%	70,20%
De 31 a 60 dias	25.299	25.299	4,42%	4,42%
De 61 a 90 dias	20.009	25.029	3,50%	4,37%
De 91 a 180 dias	-	-	0,00%	0,00%
De 181 a 365 dias	-	4.763	0,00%	0,83%
De 366 a 720 dias	2.750	15.937	0,48%	2,79%
Acima de 720 dias	-	58.460	0,00%	10,21%
Total	572.442	572.442	100,00%	100,00%

O duration da carteira no critério de liquidez é de 12 dias, com 99,5% dos recursos disponíveis em até 90 dias, refletindo o conservadorismo da Empresa visto que seu principal produto tem características de alta liquidez e com reserva matemática com duration de 83 dias.

Liquidez da carteira	Carteira	matemática	% V Carteira		% V Reserva
			Até 1 ano	Acima de 1 ano	
Imediata	415.217	-	72,53%	-	0,00%
De 01 a 30 dias	108.145	259.436	18,89%	60,22%	60,22%
De 31 a 60 dias	25.299	13.530	4,42%	3,14%	3,14%
De 61 a 90 dias	20.157	14.540	3,52%	3,38%	3,38%
De 91 a 180 dias	-	57.835	0,00%	13,42%	13,42%
De 181 a 360 dias	150	85.495	0,03%	19,84%	19,84%
De 361 a 720 dias	3.268	-	0,57%	0,00%	0,00%
Acima de 720 dias	206	-	0,04%	0,00%	0,00%
Total	572.442	430.836	100,00%	100,00%	100,00%

A liquidez da carteira de investimentos proporcional, com excelente margem de segurança, o pagamento integral da reserva matemática, dentro de prazos e condições estabelecidas nos títulos e seguindo a legislação em vigor.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Empresa classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

	Sem vencimento	Vencidos		A vencer		Total
		Até 1 ano	Acima de 1 ano	Até 1 ano	Acima de 1 ano	
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	3.120	-	-	-	-	3.120
Aplicações	41.031	-	-	457.013	74.398	572.442
Créditos das operações	-	-	-	33.808	-	33.808
De capitalização	-	62	-	7.959	-	7.657
Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	-	-
Créditos tributários e previdenciários	131.722	-	-	-	-	131.722
Outros créditos	38	-	-	477	-	515
Outros valores e bens	-	-	-	201.805	201.805	201.805
Depósitos judiciais e fiscais (*)	12.486	-	-	-	-	12.486
Outros créditos operacionais	-	-	-	-	15.951	15.951
Total dos ativos financeiros	188.397	62	-	498.893	292.154	979.506
Passivos financeiros						
Contas a pagar	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	-	-	-	11.202	-	11.202
Encargos trabalhistas	-	-	-	1.319	-	1.319
Impostos e contribuições	1.588	-	1.236	3.118	-	5.942
Outras contas a pagar	-	-	-	157	-	157
Débitos com operações de capitalização	-	-	-	4.115	-	4.115
Provisões técnicas	68.996	-	201.406	160.434	-	430.836
Depósitos de terceiros	5	-</				